

Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX

Notes for a problematization of ways to black racial classification in the 19th Century

Marcus Vinicius Fonseca¹

Resumo

Neste artigo procuramos elaborar uma problematização dos diferentes termos utilizados para classificar a população negra de Minas Gerais, durante o século XIX. No centro desta problematização está a contestação da tradição de entendimento que atribui significado apenas à miscigenação e a tentativa de colocar em evidência o significado social dos termos que subdividiam a população negra em vários grupos. Para tratar destas questões utilizamos como referência uma documentação censitária que, nos anos de 1830, processou a contagem da população de Minas Gerais.

Palavras-chave: Negros. Minas Gerais. século XIX. Demografia.

Abstract

In this article the main goal is to elaborate a problematization of different terminology used to classify the black people population during the 19th Century. In the middle of this problematization is the throwback view of tradition being understood that gives meaning only to a mixture of races and the temptation to set on display the social meaning of terms which subdivided black people population in many groups. In order to carry through this analysis, we used as reference a census documentation, in which in 1831, it has tried to count the population of all districts of Minas Gerais.

Keywords: Black people. Minas Gerais State. 19th Century. Demographic history.

1 Doutor em educação pela USP. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação (GEPHE/UFGM), onde se encontra atualmente em processo de pós-doutoramento como bolsista da FAPEMIG. End. Rua Itacoatiara, 427 ap. 303, Bairro Sagrada Família, Belo Horizonte – Minas Gerais, Cep. 31035 430, Brasil. Email: <mvfonseca@bol.com.br>

Introdução

A história da educação tem ampliado suas formas de tratamento do processo de escolarização da população negra, no Brasil e isso vem possibilitando uma problematização cada vez maior dos momentos históricos em que a educação coexistia com instituições como a escravidão, que estabeleceu uma grande influência sobre o processo de formação da sociedade brasileira criando múltiplas formas de vínculo com a população negra. A problematização e a compreensão desse processo é importante para aprofundar os níveis de tratamento da relação entre os negros e a educação, nos períodos anteriores ao século XX.

Tendo como referência o nível de complexidade em relação ao lugar social ocupado pelos negros na sociedade escravista, este artigo procura realizar uma problematização das terminologias de classificação racial que a eles eram dirigidas, tentando descrevê-las a partir de suas relações com a escravidão. No período relativo à escravidão, em especial o século XIX, havia vários termos utilizados como forma de designação da população negra e há uma tendência de explicar esse fenômeno através da miscigenação, colocando em segundo plano aspectos ligados às relações sociais. Desta forma, termos como preto, pardos, mulatos, crioulos, cabras tendem a ser considerados a partir de uma interpretação que nem sempre leva em conta sua função social.

A historiografia mais recente vem ressaltando a dimensão social dos termos utilizados para designar a população negra e isso tem permitido uma ampliação do nível de problematização sobre sociedade escravista e suas diferentes formas de construção dos processos de dominação e subalternização dos indivíduos escravizados, ou próximos à escravidão.

Portanto, para empreender uma análise que considere as relações sociais como elemento estruturante dos processos de classificação aplicados à população negra utilizamos como referência uma documentação censitária que, nos anos de 1830, tentou contabilizar a população de Minas Gerais. Nela, a população negra aparece de diferentes formas, pois encontramos uma série de termos que designavam segmentos específicos desse grupo racial e que aparecem nos documentos referentes aos distritos de várias regiões que compunham a província de Minas Gerais.

Os dados elaborados a partir da documentação censitária foram confrontados com outras fontes de pesquisa que permitiram a construção de uma problematização sobre as formas classificação racial que podem ajudar a compreender aspectos dessa questão na sociedade mineira do século XIX e também em outros momentos, pois a diversidade de termos classificatórios em relação à população negra é um fenômeno que está relacionado com o próprio desenvolvimento histórico da sociedade brasileira.

1 Características da população de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX

Minas Gerais teve um desenvolvimento específico no que se refere ao seu processo de povoamento e isso lhe confere uma condição singular entre as demais regiões brasileiras. Segundo Bergad (2004), essa singularidade encontra-se, dentre outras coisas, no fato de ter sido uma das poucas regiões onde houve uma transição adequada de uma atividade de monocultura para uma economia diversificada. Isso vem sendo demonstrado pela historiografia mineira desde os anos de 1980, período a partir do qual passou-se a contestar a idéia de que a conseqüência da crise na atividade mineradora foi um processo de decadência que só teria sido superado na segunda metade do século XIX.

As produções mais recentes sobre a história de Minas demonstram que quando houve dificuldades em torno da mineração, por volta dos anos de 1750, ocorreu uma transição para outras atividades que já se faziam presentes na economia mineira, mas que não tinham conhecido um amplo desenvolvimento em função dos lucros que eram obtidos através da exploração mineral.

A existência de uma variedade de atividades econômicas justificaria a transição de uma sociedade dependente da mineração para a economia diversificada que passou a existir durante o século XIX. Além dessa transição, há ainda um outro elemento que singularizaria o desenvolvimento da sociedade mineira: o papel central atribuído à escravidão e capacidade de ampliação do número de escravos a partir da sua reprodução no interior do próprio cativo.

Em Minas Gerais, a escravidão permaneceu como uma instituição importante no processo de transição econômica que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX. Um dos elementos que vem chamando a atenção dos historiadores são as formas de recomposição dos plantéis de escravos, que não se dava exclusivamente através do tráfico de africanos, mas também pela reprodução que ocorria no interior do cativo.

Essa especificidade quanto à recomposição do plantel e o processo de transição econômica são elementos que transformaram o desenvolvimento da sociedade mineira em uma experiência singular no contexto das Américas, pois, segundo Bergad (2004, p. 21):

De um ponto de vista comparativo, a história da escravidão em Minas Gerais é singular por dois motivos. Em primeiro lugar, é bastante possível que tenha sido o único sistema escravagista da América Latina e do Caribe a fazer uma transição adequada de estruturas econômicas de monocultura de exportação para uma economia diversificada e predominantemente voltada

para os mercados internos. Por meio dessa transformação, o trabalho escravo não apenas se manteve como elemento central da economia e da sociedade, mas a população escrava se expandiu firmemente. O primeiro censo nacional brasileiro, realizado em 1872, revelou que a província tinha mais escravos do que qualquer outra região brasileira e que a população de escravos havia dobrado desde 1819.

Estes elementos colocam em destaque a singularidade do processo de desenvolvimento da sociedade mineira e indicam a especificidade da população existente no período provincial, composta majoritariamente por indivíduos que descendiam de africanos, os quais não se encontravam apenas na condição de escravos, uma vez que vários deles haviam conquistado a liberdade pelos mais diferentes processos. Essa inserção dos negros na sociedade livre gerou tentativas de controle por parte das autoridades portuguesas, pois, como salienta Silvia H. Lara (2004, p. 335):

Em 1719 o conde de Assumar, quando governou Minas Gerais, havia proibido que qualquer senhor concedesse uma carta de alforria a seu escravo sem antes pedir permissão ao governador da capitania, tentando com isso diminuir a quantidade de negros forros que, segundo ele, dificultavam a manutenção da ordem pública. Anos depois, o novo governador de Minas pedia o envio de casais “das terras marinhas do Brasil ou das Ilhas” para povoar aquelas Minas que se enchiam de mulatos. Para diminuir o poder desta “má qualidade de gente”, pedia também que o rei publicasse uma lei proibindo que os mulatos pudessem herdar seus pais, mesmo quando não houvesse irmãos brancos.

O processo de composição da população de Minas Gerais se deu através de uma intensa mobilidade dos africanos e seus descendentes. Deste modo, quando adentramos ao século XIX essa população se constituía como um grupo majoritário, presente nos mais diferentes segmentos da sociedade.

Isso pode ser visto através da documentação censitária que reúne dados relativos a algumas tentativas do Governo da Província de conhecer as características da população mineira. A documentação relativa ao censo está organizada através de listas nominativas de habitantes e o conjunto desse material revela que, nos anos de 1830, ocorreram algumas tentativas de contagem da população mineira.

As listas nominativas de habitantes foram organizadas por distritos e trazem informações sobre mais de 300 localidades. Este material foi organizado a partir dos domicílios e apresenta dados relativos a cada uma das pessoas que vivia neste espaço.

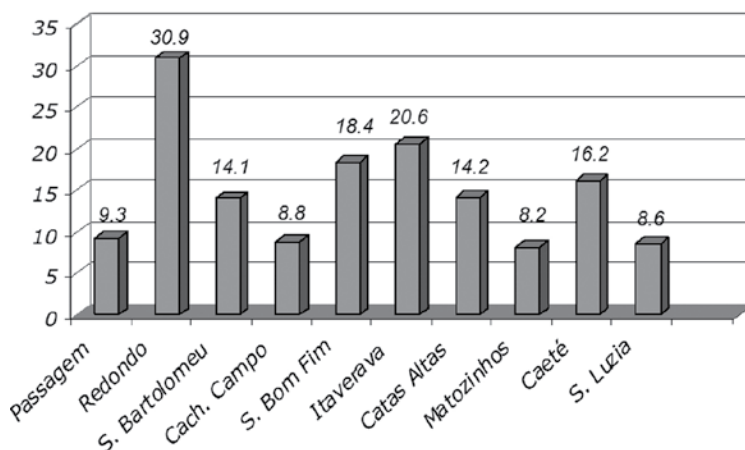
O primeiro campo da lista registra o nome de cada indivíduo, em seguida apresenta a qualidade (raça), a condição (livre ou escravo), a idade, o estado civil e a ocupação.

Para elaborar a problematização sobre as formas de classificação utilizadas em relação aos negros, selecionamos listas de distritos que se encontravam na região central da província de Minas. Essa região foi um dos núcleos a partir do qual se deu o processo de ocupação das Minas Gerais, pois nela se encontravam as vilas e os distritos que surgiram a partir da exploração do ouro, dando origem às comarcas do Rio das Velhas e de Ouro Preto. O processo de escolha das listas se deu a partir de um recorte regional que procurou privilegiar uma das regiões mais antigas e com elevada presença de negros na população, inclusive em meio àqueles que eram de condição livre. Por outro lado, foram consideradas apenas as listas que traziam informações sobre todos os indivíduos que viviam no domicílio, pois muitas delas apresentavam informações completas apenas em relação ao chefe do domicílio. Portanto, selecionamos as listas que traziam todos os campos preenchidos e com informações sobre todos os indivíduos, inclusive aquele que foram registrados como escravos.

Estes critérios nos levaram a selecionar as listas de dez distritos que se encontravam na região central de Minas, são eles: São Bartolomeu, Itaverava, Santa Luzia, Caeté, Cachoeira do Campo, Bom Fim, Passagem, Redondo, Matosinho, Catas Altas.

O elevado índice de presença dos negros na população mineira é um dos aspectos presentes nas listas nominativas desses distritos. Podemos ter uma medida de sua superioridade quando mensuramos o contingente de população branca existente na população dos distritos que tomamos para análise:

Gráfico 1: População branca registrada nas listas nominativas (%)

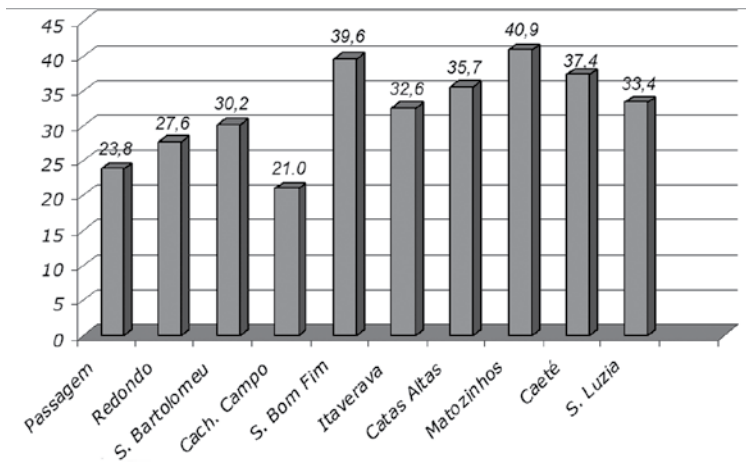


Fonte: Arquivo Público Mineiro - listas nominativas de habitantes

É pequeno o contingente de população branca nos distritos que compõe a amostra². Os brancos só eram superiores a 30% no distrito de Redondo e isso se deve ao fato de que nesse distrito estava situado o Colégio de Bom Jesus do Matozinhos, registrado na lista nominativa como um domicílio. O colégio funcionava em regime de internato e recebia alunos de outras regiões, inclusive de fora da província. Na lista nominativa há o registro de 110 estudantes, quase todos registrados como brancos o que correspondia a algo superior a 10% da população total de Redondo, que está entre os distritos com menor contingente populacional da amostra que utilizamos, apenas 1.077 indivíduos. Portanto, os alunos do colégio representavam um acréscimo significativo na população, aumentando, sobretudo, o contingente de população branca que, desta forma, atingiu um nível superior a 30%.

Em relação aos escravos, as listas nominativas registram uma grande presença para este grupo de indivíduos em todos os distritos, como pode ser visto no gráfico 2:

Gráfico 2: População escrava registrada nas listas nominativas (%)



Fonte: Arquivo Público Mineiro: listas nominativas de habitantes

O número de escravos presentes nas listas nominativas é elevado e em nenhum distrito é inferior a vinte por cento da população total. O número de indivíduos escravizados não é superior à população branca, mas apenas no distrito de Redondo,

2 Os dados relativos à população apontam para uma divisão dos distritos em três grupos: aquele que tem população inferior a 2.000 habitantes e que é composto por cinco distritos (Passagem, Redondo, São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Bom Fim); o de população entre 2.000 e 3.000 habitantes e que contém quatro distritos (Itaverava, Catas Altas, Matozinhos, Caeté), e o que possuía mais de 3.000 habitantes (Santa Luzia).

sendo que em todos os demais os escravos são numericamente superiores aos brancos. Esses dados revelam que as listas estão em sintonia com o que é apontado pela historiografia em relação a Minas Gerais, ou seja, uma reduzida população branca e um grande número de indivíduos escravizados (PAIVA, 1996).

1.1 Os pretos, africanos e crioulos

Os dados contidos nas listas nominativas revelam que, além dos dois grupos populacionais que apresentamos acima, havia um outro que efetivamente dominava a estrutura demográfica da província: a população negra livre.

Em relação aos dois gráficos apresentados anteriormente, podemos dizer que o segmento da população denominado como branco foi reunido sem maiores problemas através da designação racial que a eles era dirigida e que aparece de uma única forma nas listas nominativas. Os escravos eram, do ponto de vista das denominações raciais, divididos em vários grupos, mas foram reunidos a partir do registro da condição de cativos, um dos campos presente nas listas nominativas.

A população negra que não se encontrava presa ao cativeiro pode ser reunida através da categoria de negros livres, mas isso não pode ser feito sem estabelecer algumas considerações sobre as diferentes terminologias que a eles eram dirigidas. Esse exercício de tratamento das diferentes formas de classificação permite a criação de um termo que indica uma experiência comum (negros livres), mas não pode deixar de levar em consideração os diferentes termos que indicam algumas características das relações sociais no século XIX.

Nas listas que compõem nossa amostra, as designações em relação aos negros livres nunca eram inferiores a três termos. Nos distritos de Caeté, Passagem, e São Bartolomeu encontramos os negros livres registrados através da tradicionalmente conhecida classificação de pretos, pardos e crioulos. Em Bom Fim, Redondo e Cachoeira do Campo encontramos estes três termos e ainda mais outro que se referia aos indivíduos que eram chamados de cabras. No restante das listas prevalecem essas categorias e acrescenta-se a de africano. Portanto, de uma maneira geral, aparecem no conjunto das listas nominativas as categorias de pretos, pardos, crioulos, cabras e africanos.

As designações de preto e africano podem ser tomadas como equivalentes, pois em geral as listas apresentam apenas um dos dois termos, como no caso de Santa Luzia, onde só há a utilização de africano. Na lista de Santa Luzia encontramos apenas a categoria africano, que aparece 455 vezes, sendo que estes indivíduos, na sua grande maioria, eram escravos, pois apenas 28 foram registrados como livres. O mesmo se verifica em Itaverava, onde não havia pretos, apenas africanos,

no total de 246 indivíduos e apenas 37 livres. Em outras listas os dois termos coexistem, mas há uma enorme desproporção de indivíduos classificados de uma forma e de outra, o que nos leva a crer na equivalência desse tipo de designação. Este é o caso de Matozinhos, onde os dois termos aparecem, mas de forma absolutamente desproporcional: 2 pretos e 318 africanos, entre estes últimos, apenas 17 eram livres. Em Catas Altas temos a mesma situação, mas com uma desproporção inversa, ou seja, 1 indivíduo figura na lista como africano e 336 como pretos, sendo que, destes, 300 eram escravos.

Os crioulos aparecem em todas as listas nominativas e, como já foi assinalado pela historiografia, tratava-se de um termo utilizado para diferenciar os negros nascidos no Brasil. Como já foi dito anteriormente, uma das principais características do escravismo em Minas Gerais era a capacidade de ampliação do seu número através da reprodução no interior do cativeiro. Isso indica que havia um número grande de crioulos em Minas sendo que boa parte deles eram escravos.

1.2 Os cabras

O termo cabra é uma categoria bem mais complexa que a de pretos, africanos e crioulos. As listas nominativas revelam que se tratava de uma forma de designação com significado específico na classificação da população, pois detectamos seu uso em diferentes regiões de Minas. Em muitas listas nominativas, que se encontram no acervo do Arquivo Público Mineiro, aparece esse tipo de classificação, e entre as que compõem nossa amostra apenas três não a utilizaram.

O uso generalizado do termo cabra indica que esta era uma categoria compartilhada e revestida de sentido no contexto social e demográfico do século XIX. Compreender seu sentido é um desafio, pois não contamos com uma tradição de pesquisa histórica que problematize as questões relativas às classificações raciais. Dessa forma, o termo geralmente é entendido como uma maneira de designar um tipo de miscigenação. Segundo o *Dicionário da Escravidão*, de Clovis Moura (2005, p. 75):

Diz Bernadino José de Souza (1961) que é termo de uso freqüente no norte do Brasil, designativo do mestiço com mulato. Entretanto, não há concordância de opiniões acerca deste tipo de mestiço. Macedo Soares diz que cabra é quarteirão de mulato com negro, mulato escuro com caboclo escuro ... ao cabra não raro se chama também de pardo, fula, ou fulo, ou bode, ou cabrito. Todos, em suma, mestiços nos quais a dosagem dos “sanguês inferiores” é maior.

Os registros coletados por Moura (2005) não apresentam aspectos temporais que levem em conta uma variação do termo ao longo da história da sociedade brasileira. Segundo Silvia Lara (2004), nas fases iniciais do processo de colonização, o termo cabra era aplicado em relação aos índios que *viviam a ruminar feito cabras*. No século XIX, ele havia variado, pois, embora não possamos definir com precisão a sua especificidade, não há dúvida que era aplicado em relação à população negra, destacadamente aos forros e escravos. Já no século XX, o termo parece estar ligado a definições de gênero, sendo utilizado para qualificar determinadas características da masculinidade³. Portanto, do ponto de vista histórico, as informações que reunimos indicam que o termo variou pelo menos em duas direções: a primeira variação foi de natureza racial e ocorreu entre os processos iniciais da colonização e o século XIX, representando a migração do uso em relação aos indígenas, para designar um segmento específico da população negra; a segunda variação envolveu a questão de gênero e provavelmente ocorreu no século XX, quando o termo começou a ser utilizado para reafirmar determinadas condições da masculinidade.

A definição contida no dicionário de Moura (2005) não leva em conta as variações temporais e tende a considerar o termo como uma forma de se referir à miscigenação, que não está presente apenas nos registros contemporâneos, mas também no século XIX, como aponta o viajante alemão Wilhelm L. V. Eschwege⁴, que apresenta uma definição que acompanha o sentido dado pelos registros coletados por Moura (2005). Eschwege (1996, p. 74) apresenta a seguinte definição quando fala de sua passagem pelo distrito de Oliveira, em Minas Gerais: “na extremidade oposta do arraial ficava meu pouso, uma estalagem. O dono, descendente de mulato e negra, produto de mestiçagem chamado cabra, era um dos homens mais altos e musculosos que eu já vira no Brasil.”

A necessidade do registro da condição de cabra e a percepção do viajante chamando a atenção para as características físicas do indivíduo, revela o nível de difusão dessa forma de classificação. Trata-se de uma definição fornecida por um indivíduo que não tinha familiaridade com a sociedade mineira, mas, embora fosse alguém que estivesse de “passagem”, é possível constatar que a definição está em sintonia com

3 Segundo Barbosa, Waldemar A. *Dicionário da terra e da gente de minas*. BH: Arquivo Publico Mineiro, 1985, pg. 40: “hoje, o termo cabra é muito empregado sem qualquer relação com cor; costuma-se ouvir: ‘ele é um cabra safado’, é um ‘cabra valente’ ou ‘é um cabra honesto’”.

4 O alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege (1777-1855) esteve no Brasil entre 1810 a 1821, vivendo praticamente todo este período em Minas Gerais, onde trabalhou desenvolvendo atividades ligadas a mineralogia. Suas impressões sobre as Minas Gerais e o Brasil foram publicadas em 1824, na Alemanha, em um livro cujo título era *Brasil, novo mundo*.

os registros coletados por Moura (2005). Para o viajante, trava-se de um tipo de miscigenação, mas os dois elementos colocados em destaque (mulato e negra) não ajudam a compreender o que de fato era um cabra. Tratar o termo cabra apenas como um tipo de miscigenação implica apenas em trocar o problema de lugar, pois é difícil compreender o seu significado como mulato e negra. O mulato era exclusivamente o produto do cruzamento entre negros e brancos? Ou era uma forma de designar negros de pele clara? E ainda, o que diferenciava o cabra de um mulato?

A aproximação entre cabra e mulato aparece nos registros coletados pelo *Dicionário da terra e da gente de Minas*, de Waldemar de Almeida Barbosa (1995, p. 40), pois, nele o cabra é qualificado da seguinte forma: “entretanto, para V. Chemont, é mestiço de branco e negra, isto é, seria o mesmo que mulato.”

Nas listas nominativas que utilizamos é muito raro aparecer o termo mulato, deste modo não podemos atribuir a ele a condição de uma designação que tivesse significado dentro das formas de classificação utilizadas pelo censo realizado em Minas Gerais, pois não foi utilizado em larga escala para denominar determinados extratos da população. O mesmo pode ser dito em relação à definição de negro, que certamente tinha algum nível de circulação no espaço social, pois encontramos esse termo no relato do viajante e também em alguns registros de professores em relação a seus alunos. Mas não podemos atribuir a ele um significado do ponto de vista censitário, pois aparece raramente nas listas nominativas.

Tomamos as listas nominativas como um universo que apresenta uma série de terminologias compartilhadas por diferentes regiões de Minas Gerais e que por isso seriam registros que ofereceriam um panorama dos termos mais utilizados na classificação da população. Nesse sentido, os termos negro e mulato destacados pelo viajante e pelos registros colhidos pelos dicionários de Moura (2005) e Barbosa (1985) não podem ser tomados como revestidos de significado dentro da realidade censitária de Minas Gerais, ou seja, não fizeram parte do elenco de categorias que foram utilizadas pelos responsáveis pela classificação da população mineira nos censos dos anos de 1830.

O mesmo não pode ser dito do termo cabra, que aparece com muita regularidade nas listas nominativas. Mas, mesmo sendo uma categoria muito presente nas listas o seu significado é de difícil compreensão, pois acreditamos que seu sentido não se esgota na miscigenação.

Em oito das dez listas nominativas que utilizamos aparece esse termo e, na maioria destas listas, estes indivíduos não têm uma presença demográfica significativa, ficando muito abaixo do índice de um por cento da população total. Nas listas de Cachoeira do Campo, Santa Luzia e Matozinhos eles têm alguma expressão e chegam a compor algo entre cinco e dez por cento da população total.

Analisamos algumas características dos cabras na população desses três distritos, onde eles tinham um peso demográfico maior, e constatamos que há uma distribuição desigual de indivíduos denominados de cabras entre a população livre e a escrava. Em Cachoeira do Campo e em Santa Luzia, os cabras eram na sua maioria indivíduos livres; em Matozinhos a maioria era de escravos. Portanto, em relação àquilo que era um dos mais importantes componentes de distinção social no século XIX, ou seja, a condição de livre e a de escravo, os cabras se faziam presentes nos dois grupos.

No que diz respeito ao gênero, as listas nominativas indicam que o termo era aplicado para designar tanto homens quanto mulheres, pois há um relativo equilíbrio de seu uso em relação aos dois sexos, com uma ligeira superioridade para as mulheres. Desta forma, fica claro que o uso do termo cabra, no século XIX, se diferencia da aplicação que de certa forma recebe na atualidade, sobretudo no Norte e Nordeste do Brasil, onde é utilizado com uma forte conotação de gênero e como forma de acentuar certas condições da masculinidade.

A análise das listas nominativas indica que, no século XIX, o termo cabra podia significar miscigenação, mas também era revestido de um significado social que atribuía a alguns indivíduos uma certa incapacidade de se tornar civilizado, ou que estava em descompasso com a moral tida como admissível para os negros. Encontramos indícios dessa natureza em um registro apresentado por Moura (2005, p. 75):

Rodolfo Teófilo, no seu grande livro *Os Brilhantes*, afirma que é o produto do casamento de índios e africanos, inferior aos elementos que o formam. E acrescenta: “o cabra é pior do que cabloco e do que negro”. É geralmente um indivíduo forte, de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e inteligência destes. É tão conhecida a índole perversa do cabra que o povo diz: não há doce ruim e nem cabra bom!

Essa definição contém um sentido moral que opõe a condição dos cabras a de outros segmentos, como mulatos e caboclos. Essa oposição está calcada em aspectos que apontam para uma condição rude e pela falta de maneiras e inteligência que estariam ao alcance dos mulatos, mas não dos chamados cabras.

A lista nominativa de Cachoeira do Campo nos ajuda a ampliar a problematização sobre essa forma de denominação e a construir um sentido para este termo que não esteja ligado apenas à idéia de miscigenação. Utilizamos os dados desta lista para tentar aprofundar nossa análise e para isso recortamos os indivíduos denominados de cabras que foram registrados como livres, que se encontravam na condição de chefe de domicílio e que eram casados.

Não eram muitos os indivíduos que se encontravam nessa condição, pois apenas sete domicílios eram chefiados por cabras, o que pode ser tomado como um indício da pequena familiaridade dos indivíduos deste grupo com a liberdade. Em quase todos os domicílios em que eles ocupavam a condição de chefia, encontramos indivíduos que tinham sua origem na escravidão, ou seja, eram forros. Apenas em dois dos domicílios chefiados por cabras encontramos pessoas que eram livres e que não foram registradas como libertas. Em todos os demais, os cabras tinham uma relação de proximidade com o mundo dos escravos, pois pelo menos um dos cônjuges foi registrado como ex-escravo, o que indica que o grupo tinha relações próximas com a escravidão e que esta condição trazia implicações para sua classificação na esfera social.

É provável que a proximidade com a escravidão também incidisse na classificação dos filhos daqueles que eram chamados de cabras. Em Cachoeira do Campo temos um domicílio em que o chefe era um cabra livre que se casou com uma parda, também livre; seu filho seguiu a condição da mãe e foi denominado de pardo:

Habitantes	Qualidade	Condição	Idade	Estado	Ocupação
Vicente Ferreira Duarte	Cabra	Livre	40	Casado	Com cavalos conduzindo cachaça
Angella	Parda	Livre	33	Casada	Fia algodão
Francisco Ferreira	Pardo	Livre	12	Na escola de primeiras letras

Em outro domicílio temos o mesmo arranjo: o chefe do fogo era um cabra, que também se casou com uma mulher parda, porém, ambos eram libertos e seus filhos foram classificados na condição do pai, ou seja, cabra:

Habitantes	Qualidade	Condição	Idade	Estado	Ocupação
Domingos Carneiro	Cabra	Liberto	31	Casado	Carpinteiro
Maria da Silva	Parda	Liberta	32	Casada	Fia algodão
Jerônimo	Cabra	Livre	08
Antonio	Cabra	Livre	05
Felício	Crioulo	Liberto	28	Solteiro	Carpinteiro
Luciana	Parda	Liberto	35	Solteira	Fia algodão

Nestes dois domicílios a situação dos cônjuges é a mesma, ou seja, cabras que se casaram com mulheres pardas, porém se diferenciavam em relação à condição. No primeiro domicílio o casal foi registrado como livre e no segundo temos dois ex-escravos. Isso pode ser tomado como um critério que justificaria a classificação dos filhos do segundo casal como cabras, ou seja, isso demarcaria uma proximidade com a escravidão, pois tratavam-se de filhos de pais libertos. Não podemos deixar de considerar o fato de que no primeiro fogo aparece uma criança na escola de primeiras letras e isso também poderia ser um indicativo que apontaria para um certo nível de *qualificação moral* desse grupo, deixando a criança que estava em processo de escolarização distante da condição dos indivíduos de *maus instintos, petulante, sanguinário e índole perversa*, como aparece na definição de cabra apresentada por Moura (2005).

Aspectos como estes permitem considerar cabra não apenas como um tipo de miscigenação, que seria definida a partir de componentes como um tipo de cor, ou uma determinada proporção de sangue de diversos grupos raciais. Acreditamos que em uma sociedade repleta de negros livres que, em função da familiaridade com a liberdade, demonstravam níveis diferenciados de domínio dos ritos inerentes às pessoas livres, marcas lingüísticas podiam ser acionadas para indicar relações de proximidade e distância com a escravidão. Isso pode ser pensando em relação ao termo cabra e pode ser tomado como uma experiência central na definição dos indivíduos que compunham esse grupo.

Consideramos esta possibilidade, mas é evidente que é preciso realizar pesquisas mais aprofundadas para que possamos ampliar a compreensão sobre a utilização desse termo na classificação de pessoas livres e também na de escravos⁵.

Portanto, sabemos que o termo cabra é uma forma de designação de certos extratos da população negra e sabemos também que, em Minas, isso tinha significado para os padrões de classificação censitária do século XIX. Há uma tendência de se entender o termo como uma dimensão da miscigenação, mas isso precisa ser relativizado e cotejado com dados concernentes às relações sociais, pois pode ser que o termo cabra fosse utilizado como forma de demarcar relações de proximidade com a escravidão e um distanciamento com o código de civilidade, tido como apropriado às pessoas livres.

5 Em relação aos escravos que foram denominados de cabras, a possibilidade de problematização através das listas nominativas é menor do que em relação aos livres. Isto porque é difícil identificar características individuais em relação aos escravos que sempre aparecem no registro do domicílio como indivíduos dependentes dos senhores.

1.3 Os pardos

O grupo mais enigmático dentro do universo de denominações relativas aos negros do século XIX é o daqueles que eram designados como pardos. Tratava-se do segmento com maior peso demográfico dentro da sociedade mineira e, embora haja um entendimento que trate este termo como uma celebração do processo de miscigenação e branqueamento, é possível encontrar também em relação a ele componentes de natureza social.

A forma de classificação dos pardos é uma questão que vem sendo problematizada por alguns historiadores, destacadamente Hebe M. MATTOS (1998) que, ao investigar o significado da liberdade na região sudeste, avaliou que houve uma mudança na percepção sobre ser livre, na passagem do século XVIII para o XIX. No centro desta mudança estava a significado da cor, que era um mecanismo de distinção social no século XVIII e, para efeito de *status* social, tinha o seu sentido definido através da condição de livre dos brancos e a escravidão dos negros. Esta distinção perdeu força à medida que muitos indivíduos de cor passaram a usufruir da condição de seres livres. Segundo MATTOS (1998), a liberdade como *status* social deixou de ser uma prerrogativa dos brancos e deixou de ter o seu significado ligado única e exclusivamente à cor.

Minas Gerais é uma das regiões que se aproximam do panorama que está contido neste esquema analítico proposto por MATTOS (1998), pois tratava-se de uma região onde o número de negros em meio à população livre era bastante elevado. Estes aspectos demográficos relativos a Minas Gerais podem ser tomados como um forte indicativo para que possamos compreender o nível e a extensão do grupo representado pelos pardos na população, pois:

Apesar de a literatura sobre o tema utilizar, em geral, o significante “pardo” de um modo restrito e pouco problematizado – como referência à pele mais clara do mestiço, como sinônimo ou como nuance de cor do mulato – a coleção de processos cíveis e criminais com os quais tenho trabalhado me levou a questionar esta correspondência. Na qualificação dos réus e testemunhas, nestes documentos, a “cor” era informação sempre presente até meados do século XIX. Neles, todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Deste modo, ao contrário do que usualmente se pensa, o termo me parece que não era utilizado (no período colonial e mesmo no século XIX, pelo menos para as áreas em questão) apenas

como referência à cor da pele mais clara do mestiço, para a qual se usava preferencialmente o significante mulato. A designação de “pardo” era usada antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição de não branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não. Grande parte dos testamentos de “pardos” libertos, localizados no município de Campos, para o século XVIII, era de filhos de casais africanos [...] (MATTOS, 1998, p. 30).

Portanto, o termo pardo também pode ser tomado como indicativo de um lugar social e não como um simples resultado da miscigenação. Consultamos os relatos de memória de um indivíduo chamado Francisco de Paula Ferreira Rezende que viveu em Minas Gerais, na Vila de Campanha, entre os anos de 1830 e 1890 e ele apresenta elementos que caminham na direção apontada por Mattos (1998):

Assim, conheci na Campanha algumas famílias de pardos, muito respeitáveis, e que pela sua posição e fortuna reuniam todas as condições para pertencerem à classe superior. E com efeito, essas famílias eram muitas vezes convidadas para o baile dos brancos. Mas eram convidadas e se quase nunca deixavam de aceitar o convite, isto não quer de modo algum dizer que lá fossem para dançar ou tomar parte no baile; porque na realidade o que se dava é que elas apareciam nesses bailes unicamente para ali figurarem como simples espectadores, ou para lá irem, como vulgarmente se diz, fazer o papel de simples placas apagadas. (REZENDE, 1944, p. 189).

Francisco de Paula Ferreira Resende caracteriza os pardos a partir da utilização de elementos que os qualificam do ponto de vista moral e social. As famílias dos pardos foram classificadas como respeitáveis pela sua posição e fortuna, e sua condição racial é confirmada a partir de um lugar social que as aproximava do grupo tido como superior.

Em uma perspectiva próxima a esta Clotilde PAIVA (1989, pg. 47) comparou as listas nominativas que foram elaboradas em dois anos diferentes (1831 e 1839) e constatou um caso em que houve

[...] um indivíduo listado como pardo em 1831 e como branco em 1839. Possivelmente, em decorrência de uma percepção diferenciada dos Juízes de Paz, responsáveis por

tal Distrito nos dois momentos de 1831 e 1839/40. Ou ainda, e aí mais interessante e sugestivo, por mudança de *status* econômico-social de tal indivíduo, enviesando sua própria aparência/percepção, fato explicável dentro de uma sociedade notadamente estratificada e racista.

O nível de imprecisão dos processos de classificação e sua ligação com o registro de um lugar social também é ressaltado por Tarcisio BOTELHO (2004, pg. 08), que analisou a documentação referente aos indivíduos que contraíram matrimônio em Minas Gerais durante o século XIX, e afirma que:

A declaração raça/cor nos documentos do passado brasileiro é bastante imprecisa. Ela expressa muito mais uma escala social do que uma origem racial, com a cor branca sendo o referencial superior da escala. Em outras palavras, a declaração da cor era muitas vezes influenciada pela posição social do indivíduo. Isso implica as inúmeras variações que às vezes encontramos quanto à cor de um mesmo indivíduo. Conforme o documento, uma pessoa encontra-se classificada como parda e, alguns anos depois, pode aparecer como branca.

Estas considerações indicam o nível de imprecisão das classificações raciais e a conotação social que era utilizada para definir certas condições dos negros livres, destacadamente os pardos.

Portanto, o grupo populacional representado pelos negros e que se faz presente nas listas nominativas é, na verdade, composto por uma série de sub-grupos (pretos, crioulos, pardos, cabras e africanos), que na maioria das vezes são tratados como resultado do processo de miscigenação, mas, na verdade, trata-se de uma classificação social que era fortemente influenciada pela escravidão.

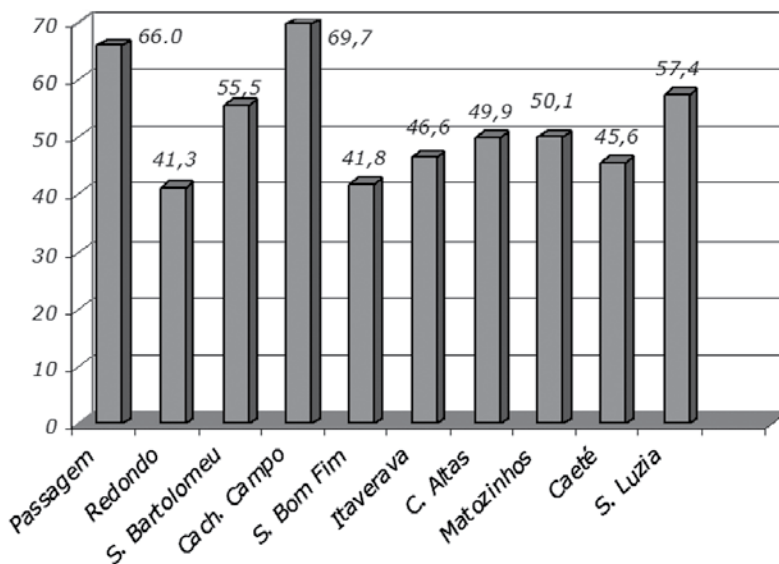
Quando se considera o perfil racial das escolas mineira a partir das informações contidas nas listas nominativas chama a atenção o fato de que grande maioria dos alunos de instrução elementar eram negros e entre esse a maioria absoluta era composta por pardos. Encontramos ainda, casos em que alunos figuram como crioulos nas listas nominativas e pardos na documentação das escolas. Isto pode ser tomado como um indicativo de que a escola era um dos espaços utilizados como elemento que conferia *status* no jogo de definição e qualificação da população negra (FONSECA, 2007).

Estas considerações em relação à pluralidade de designações que eram aplicadas à população negra é algo importante para demarcar eventos específicos que estavam ligados a este período e para demonstrar o nível de complexidade das questões que envolvem o processo de desenvolvimento histórico da população negra, no

Brasil. Mas o fato de considerarmos estas distinções e tentarmos demonstrar sua importância não impede a utilização de uma categoria que agregue estes diferentes grupos, ou seja, levar em conta estas distinções não impede de reconhecermos os negros livres como um grupo importante no século XIX. Quando reunimos este grupo a partir desta definição que considera sua condição racial e seus *status* de liberdade, destacamos o segmento que tinha o maior peso demográfico na sociedade mineira do século XIX.

Para demonstrar a importância demográfica deste grupo, reunimos as terminologias de pretos, crioulos, pardos, cabras e africanos na composição do termo *negros livres* e apresentamos abaixo os números relativos a este grupo nas listas nominativas:

Gráfico 3: Negros livres registrados nas listas nominativas (%)



Fonte: Arquivo Público Mineiro - listas nominativas de habitantes

A proporção de negros livres nas listas nominativas que compõem nossa amostra é, no geral, bastante elevada. Em Cachoeira do Campo e em Passagem os negros livres atingiram quase setenta por cento da população e em outros três distritos atingiram índices superiores ou muito próximos a cinquenta por cento.

Considerações finais

A grande presença dos negros em meio à população livre, de Minas Gerais, é um elemento que justifica a sua presença majoritária em espaços como as escolas de instrução elementar. No século XIX, havia interdições para que os escravos frequentassem escolas, mas o mesmo não se verifica em relação aos negros livres. A distinção entre ser livre e ser escravo era um elemento fundamental na sociedade escravista, o mesmo podemos dizer em relação às diferentes formas de designação dirigidas à população negra. A multiplicidade de termos que eram dirigidos aos negros pode guardar um significado importante para a experiência social dos membros deste grupo, principalmente em relação àqueles que em um período em que imperava a escravidão e o preconceito conseguiram estabelecer contato com espaços escolares. Em relação a estes, chama a atenção o predomínio dos pardos e isso precisa ser problematizado. A presença dos chamados pardos na escola não pode ser reduzida à miscigenação, pois pode ser que se trate de uma forma de registrar a relação com um processo civilizatório que os aproximava dos brancos, que eram tidos como o grupo que se encontrava no topo da hierarquia racial estabelecida durante o século XIX.

Documentos Consultados

Listas nominativas de habitantes

- Arquivo Público Mineiro: Inventário Sumário dos Mapas de População – Documentos Microfilmados – 07 rolos.
- Arquivo Público Mineiro: Fundo Presidente de Província – Mapas de População – Documentos Microfilmados - 12 rolos

Memórias e relatos de viagem

- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, (1996). **Brasil, novo mundo**. BH: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira, (1944). **Minhas recordações**. RJ: Livraria Jose Olympio Editora (coleção documentos brasileiros, volume 45).

Referências

- BARBOSA, Waldemar de Almeida . **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.
- BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- BOTELHO, Tarcisio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: **ABEP - XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004 (CD Room).
- FONSECA, Marcus V. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. São Paulo: FE-USP -Tese de Doutorado, 2007.
- LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas, cultura e poder na América Portuguesa**. Campinas/SP: UNICAMP (Tese de Livre Docência), 2004.
- LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX**. RJ: Nova Fronteira, 1998.
- MOURA, Clovis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade (Coord.). **Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX**. BH: Relatório de Pesquisa/CEDEPLAR, 1989.
- _____. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1996.

Recebimento em: 13/08/2008.

Aceite em: 04/08/2008.

